

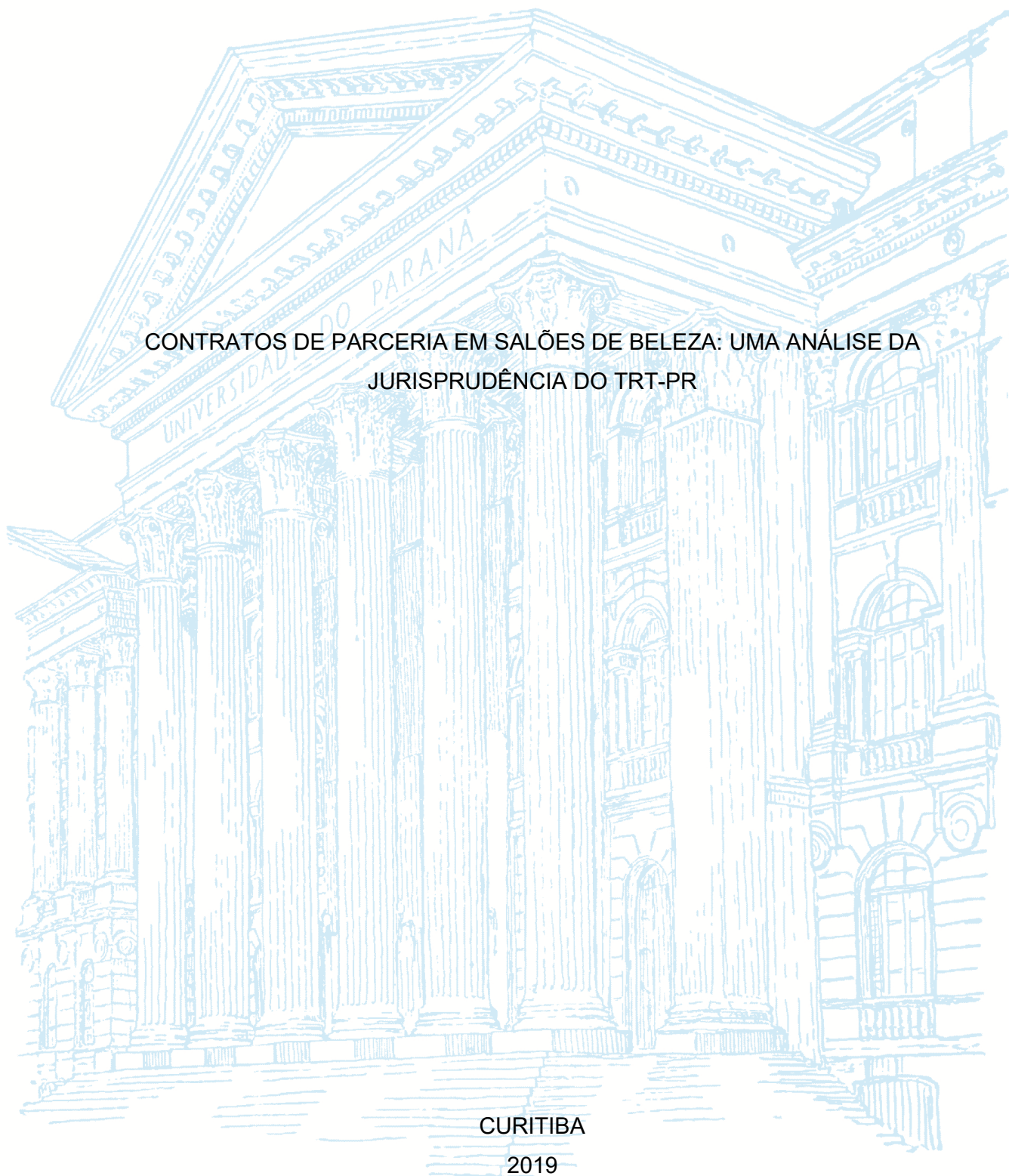
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAÍS LARA GUEDES

CONTRATOS DE PARCERIA EM SALÕES DE BELEZA: UMA ANÁLISE DA  
JURISPRUDÊNCIA DO TRT-PR

CURITIBA

2019



THAÍS LARA GUEDES

**CONTRATOS DE PARCERIA EM SALÕES DE BELEZA: UMA ANÁLISE DA  
JURISPRUDÊNCIA DO TRT-PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em Direito, curso de  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Machado.

CURITIBA

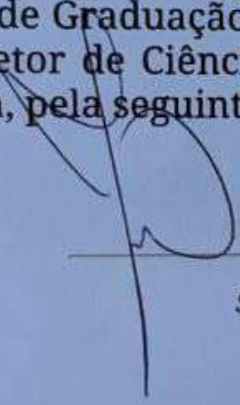
2019

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**THAIS LARA GUEDES**

## **CONTRATOS DE PARCERIA EM SALÕES DE BELEZA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRT-PR**

Monografia aprovada como requisito parcial para  
obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de  
Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal  
do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

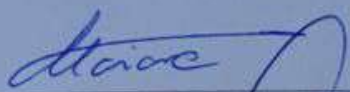


---

**SIDNEI MACHADO**  
Orientador

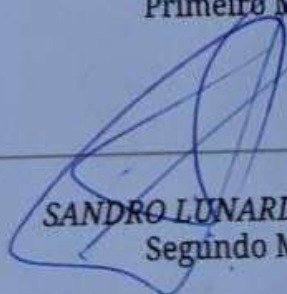
---

Coorientador



---

**MARIANA BETTEGA BRAUNERT**  
Primeiro Membro



---

**SANDRO LUNARD NICOLADELI**  
Segundo Membro

## **RESUMO**

Com a aprovação da lei 13.352/2016, que alterou a lei 12.592/2012, foi regulamentado o contrato de parceria em salões de beleza, possibilitando a contratação de trabalhadores, sob a forma de pessoa jurídica, sem configuração do vínculo empregatício. Assim, o objetivo principal deste trabalho era verificar se tais contratos realmente são de parceria ou se a lei estaria sendo usada para legalizar a pejetização ou para dificultar o reconhecimento do vínculo de emprego. Para tanto, foi realizada pesquisa jurisprudencial no sítio eletrônico oficial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9a Região), utilizando o método estudo de caso, na qual identificou-se a relação jurídica comercial ou de trabalho entre os salões de beleza e os trabalhadores vinculados por um contratos de parceria. Após, foram aplicados questionários aos trabalhadores parceiros de diferentes salões de beleza da região central de Curitiba, os quais foram escolhidos aleatoriamente, sendo realizada uma análise qualitativa dos dados coletados. Constatou-se que é muito tênue a distinção entre as relações autônomas e as relações empregatícias, sendo que nos julgamentos são utilizados diferentes critérios, os quais são condicionados a valorização que se dá a cada um dos fatos e também da perspectiva observada pelo julgador. Ainda assim, foi possível verificar que a tendência do TRT-PR é de julgar improcedentes os pedidos de vínculo empregatício de profissionais de salão de beleza.

Palavras-chave: Parceria; Subordinação; Salão de beleza; Lei 13.352/2016.

## **ABSTRACT**

With the approval of Law 13.352 / 2016, which amended Law 12.592 / 2012, the partnership agreement in beauty salons was regulated, allowing the hiring of workers, in the form of a legal entity, without configuring the employment relationship. Thus, the main purpose of this paper was to verify whether such contracts are really partnership or whether the law was being used to legalize pejotization or to make it difficult to recognize the employment relationship. To this end, a jurisprudential research was carried out on the official website of the Regional Labor Court of Paraná (9th Region), using the case study method, which identified the commercial or work legal relationship between the beauty salons and the workers. bound by a partnership agreement. Afterwards, questionnaires were applied to the partner workers of different beauty salons in the central region of Curitiba, which were randomly chosen and a qualitative analysis of the collected data was performed. It was found that the distinction between autonomous and employment relationships is very slight, and in judgments different criteria are used, which are conditioned to the appreciation given to each of the facts and also the perspective observed by the judge. Even so, it was possible to verify that the tendency of TRT-PR is to reject the applications for employment of salon professionals.

Keywords: Partnership; Subordination; Beauty salon; Law 13.352/2016.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>7</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>14</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>26</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO</b>	<b>27</b>
<b>APÊNDICE B - TABELA DE DECISÕES DO TRT-PR</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2012 foi aprovada a lei n.º 12.592, que reconheceu em todo o território nacional o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, instituiu o dia nacional dessa categoria e dispôs sobre o dever obedecer às normas sanitárias, efetuando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento a seus clientes.

Posteriormente, foi aprovada a lei nº 13.352/2016, incluindo dispositivos na lei 12.592/2012 e possibilitando a criação de contratos de parceria entre estabelecimentos de salão de beleza e dos profissionais, sob a forma de pessoa jurídica, razão pela qual a lei ficou conhecida como “lei do salão parceiro”.

Segundo o procurador do trabalho João Carlos Teixeira e a presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e Região (Sindibeleza)<sup>1</sup>, após a aprovação dessa lei muitos empresários proprietários de salões de beleza estariam utilizando esta norma para dispensar seus trabalhadores registrados pela CLT e contratá-los como profissionais parceiros, sendo que em alguns casos os empresários passaram a cadastrar funcionários no programa Microempreendedor Individual (MEI) sem autorização prévia dos mesmos.

A pesquisa analisa os contratos firmados pelos salões de beleza e os profissionais parceiros, a fim de verificar se tais contratos realmente são de parceria ou se a lei está sendo usada para legalizar a pejetização ou para dificultar o reconhecimento do vínculo de emprego. A partir desse problema, surgiu a discussão sobre a qualificação do trabalhador parceiro e o que qualifica um trabalhador subordinado (protegido pela CLT).

Assim, o objetivo do artigo é identificar na jurisprudência construída pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9ª Região) a relação jurídica comercial ou de trabalho entre os salões de beleza e os trabalhadores vinculado por um contratos de parceria.

---

<sup>1</sup> Lei do Salão Parceiro: MPT denuncia irregularidades na aplicação da lei. Economia - iG, São Paulo, 27 set. 2017. Acesso em: <<https://economia.ig.com.br/2017-09-27/lei-do-salao-parceiro.html>> . Acesso em 05 nov. 2018.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O contrato de parceria estabelecido na lei nº 13.352/2016 possui natureza de norma cogente, ou seja, são normas de curso obrigatório e derrogam vontades manifestadas em desacordo com elas. A liberdade de contratar é restringida em relação ao conteúdo do contrato, remanescendo a livre vontade de celebrar ou não a parceria<sup>2</sup>.

Os sujeitos deste contrato serão necessariamente o empresário (responsável pelo salão-parceiro) e o profissional-parceiro, que deverá exercer alguma das profissões arroladas no art. 1-a da lei, quais sejam: cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e/ou maquiador.

Ao salão-parceiro, conforme art. 1b e p. 2, p. 3, cabe a obrigação de centralizar os pagamentos e recebimentos referentes à prestação de serviços realizados, momento no qual reterá a sua cota-parte e os valores de recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria. Já ao profissional, cabe a manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias, sendo obrigação de ambos a preservação e manutenção das adequadas condições de trabalho do profissional-parceiro, especialmente quanto aos seus equipamentos e instalações, possibilitando as condições adequadas ao cumprimento das normas de segurança e saúde.

O contrato de parceria deverá ser escrito, homologado pelo sindicato da categoria profissional e laboral e, na ausência destes, pelo órgão local competente do Ministério do Trabalho e Emprego, perante duas testemunhas.

No contrato é obrigatório o estabelecimento de cláusulas sobre: o percentual de recebimento do salão e do profissional em cada serviço prestado; condições e periodicidade do pagamento do profissional-parceiro; direitos do profissional quanto ao uso dos materiais utilizados na prestação de serviços e sobre o seu acesso e circulação nas dependências do estabelecimento; possibilidade de rescisão unilateral, caso haja interesse por alguma das partes, mediante aviso prévio de 30 dias; obrigações comuns das partes de manutenção e higiene de materiais e

---

<sup>2</sup> MERÍSIO, Patrick Maia; MAIA, Silvana Liberto Alves. Contrato de parceria: o salão-parceiro. São Paulo: LTr, 2017, p. 23 e 24.



equipamentos, das condições de funcionamento do negócio e do bom atendimento dos clientes e suas obrigações individuais - por parte do salão, a retenção e recolhimento dos tributos e contribuições devidas pelo profissional decorrentes de suas atividades no salão; e por parte do profissional, de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias.

Sobre o percentual de valores fixado no contrato de parceria, a lei não dispõe sobre limites (mínimo ou máximo), a cota-parte será fixada de acordo com a vontade das partes. O p. 4, art. 1a, da lei, apenas informa que a cota-parte retida pelo salão-parceiro ocorrerá a título de atividade de aluguel de bens móveis e de utensílios para o desempenho das atividades de serviços de beleza e/ou a título de serviços de gestão, de apoio administrativo, de escritório, de cobrança e de recebimentos de valores transitórios recebidos de clientes das atividades de serviços de beleza, e a cota-parte destinada ao profissional-parceiro ocorrerá a título de atividades de prestação de serviços de beleza.

O profissional-parceiro não terá relação de emprego ou de sociedade com o salão-parceiro enquanto perdurar a relação de parceria tratada, existindo na referida lei duas hipóteses de configuração de vínculo empregatício entre as partes: quando não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta lei e quando o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.

Além dessas duas hipóteses, será reconhecido o vínculo empregatício se estiverem presentes os requisitos para configuração da relação de emprego previstos no art. 3 da CLT (pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e a subordinação), tendo em vista que no direito do trabalho vige o princípio da primazia da realidade sobre a forma, de modo que “em caso de discordância entre o que ocorre na prática e o que emerge de documentos ou acordos, deve-se dar preferência ao primeiro, isto é, ao que sucede no terreno dos fatos”<sup>3</sup>. Assim, a “fraude ao vínculo empregatício é aferida objetivamente, desvinculada da vontade das partes, pois o que vale é o modo como a prestação de serviços ocorreu, no plano dos fatos”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2000, p. 144.

<sup>4</sup> SANTOS, Andréa Dantas. Pejotização e fraude nas relações de emprego: análise dos efeitos trabalhistas e fiscais-tributários (o caso dos salões de beleza). Revista Ltr: legislação do trabalho, São Paulo, SP, v. 83, n. 2, p. 205-222, fev. 2019.

Dentre tais requisitos, é a subordinação que se destaca, pois é o principal elemento que distingue as relações de trabalho autônomas das relações empregatícias. Percebe-se que, em essência, o trabalhador subordinado possui um maior grau de sujeição na execução do trabalho do que o trabalhador autônomo<sup>5</sup>, ou seja, a proteção do trabalhador pela CLT é determinada pela intensidade dessa subordinação.

O trabalhador autônomo atua por conta própria, assumindo os riscos do negócio, não transferindo para terceiro o poder de organização de sua atividade e executando o trabalho com discricionariedade, iniciativa e organização própria, escolhendo o lugar, o modo, o tempo e a forma de execução dos serviços<sup>6</sup>. Alice Monteiro de Barros diz que:

"o prestador de serviços atua como patrão de si mesmo, sem submissão aos poderes de comando do empregador, e, portanto, não está inserido no círculo diretivo e disciplinar de uma organização empresarial. O trabalhador autônomo conserva a liberdade de iniciativa, competindo-lhe gerir sua própria atividade e, em consequência, suportar os riscos daí advindos (...)"<sup>7</sup>

Ressalta-se que no direito empresarial reconhece-se a existência de subordinação em contratos interempresariais, contudo nestes casos deve ser preservada a plena autonomia como sujeitos de direitos, a fim de que não sejam suscitadas discussões sobre a natureza mercantil ou trabalhista de determinado vínculo, conforme lição de Fabio Ulhoa:

---

<sup>5</sup> MACHADO, Sidnei. A Noção de Subordinação Jurídica: uma perspectiva reconstrutiva. São Paulo: LTr, 2009, p. 122

<sup>6</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Direito do Trabalho - Primeiras Linhas. 2a Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 65.

<sup>7</sup> BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho 3 ed. São Paulo: LTr. 3. ed. 2007, p. 217 e 218.

O elemento comum a qualquer espécie de contrato de colaboração é a subordinação da empresa do colaborador à do fornecedor (...). De fato a atuação articulada entre dois ou mais empresários deve, por medida de racionalidade, ser orientada por um deles. Não haveria, a rigor, nenhuma combinação de esforços se cada empresário fosse inteiramente livre para decidir os rumos de sua empresa na comercialização do produto. Para que exista a colaboração, é necessária a orientação geral por conta de um dos contratantes (fornecedor), à qual forçosamente se submete o outro (colaborador). Por evidente, as partes mantêm plena autonomia como sujeitos de direito, e muitos dos aspectos da organização empresarial do colaborador são definidos exclusivamente por ele, sem nenhuma ingerência do fornecedor. Mas, em variados graus, de acordo com o tipo do contrato, verifica-se certa dependência de uma das empresas envolvidas na colaboração em face de outra. Essa particularidade, inclusive, suscita discussões sobre a natureza mercantil ou trabalhista de determinados vínculos, em especial quando formalizadas como representação comercial autônoma.<sup>8</sup>

Na prática, é difícil aferir a subordinação existente, pois é necessário analisar a situação fática da relação, o que condiciona à valorização que se dá a cada um dos fatos, e também porque mostra-se cada vez mais tênue a diferença entre o trabalho subordinado e o trabalho autônomo.

Por fim, apresentados os aspectos mais relevantes do contrato de parceria, retorna-se ao problema deste artigo: o contrato de parceria, elaborado nesses moldes, é realmente de parceria ou é uma forma de dificultar o reconhecimento do vínculo empregatício?

Para a Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Turismo E Hospitalidade - CONTRATUH é uma forma de fraudar as relações de emprego, pois defendem que lei está sendo usada para viabilizar a contratação de profissionais na forma de pessoa jurídica, mesmo com a existência dos elementos caracterizadores da relação de emprego, motivo pelo qual propuseram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5625), requerendo a declaração de inconstitucionalidade de todos os dispositivos da Lei nº 13.352/2016.

Nesse mesmo sentido se manifestou a PGR (Procuradoria Geral da República)<sup>9</sup>, ao apresentar seu parecer nesta mesma ADI, afirmando que a referida lei

---

<sup>8</sup> ULHOA, Fabio. Subordinação empresarial e subordinação estrutural. In MERÍSIO, Patrick Maia; MAIA, Silvana Liberto Alves. Contrato de parceria: o salão-parceiro. São Paulo: LTr, 2017, p. 41.

<sup>9</sup> BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROCESSO N. ADI 5625. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5094239>>. Acesso em 29 set. 2019.

“viola a proteção constitucional deferida à relação de emprego, como fonte central de proteção social ao trabalho subordinado (Constituição da República, art. 7º) a norma do art. 1º -A, § 11, da Lei 12.592/2012, inserido pela Lei 13.352/2016. Esta afasta a priori configuração de relação de emprego só por formalização de contrato de parceria entre profissionais que exerçam atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador e o estabelecimento de beleza em cuja dinâmica empresarial se inserem suas atividades”

Até o momento a ADI ainda não foi julgada, encontrando-se conclusos os autos com o relator Ministro Edson Fachin desde 14 de novembro de 2018. No entanto, espera-se que seja declarada a inconstitucionalidade do art. 1º-A, especificamente o §11, pois a existência de um contrato de parceria, por si só, não deve afastar a relação empregatícia. Estando presentes os requisitos necessários, dentre eles a subordinação jurídica, o trabalhador tem o direito de ser declarada a relação de emprego e de usufruir de todos os direitos dela decorrentes.

### 3 METODOLOGIA

No presente trabalho foram analisadas as decisões judiciais do TRT da 9ª Região - estado do Paraná, através do site oficial do tribunal<sup>10</sup>, extraídas da aba "acórdãos na íntegra", utilizando as seguintes palavras-chave "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação", relativas ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018. No total foram encontradas 33 decisões, das quais 21 são de processos em que se requer o vínculo empregatício de profissionais de salão de beleza.

Para analisar os acórdãos foi utilizada a metodologia estudo de caso, utilizando a proposta de Luly Fischer<sup>11</sup>, que aplica a metodologia de estudo de caso americana (*case method*) sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro. Tal metodologia consiste em realizar uma sinopse de cada decisão judicial, identificando os seguintes pontos:

- I. resumo dos fatos (*facts*): informações sobre as partes, o que originou a demanda judicial e o que o recorrente deseja ver reformado na decisão; descrição dos eventos entre as partes que levaram ao litígio, os fatos relevantes às questões a serem decididas e todas as fases do processo até que o caso tenha chegado à instância recursal a ser analisada;
- II. objeto do litígio (*issue*);
- III. decisão (*holding*);
- IV. justificativa da decisão (*reasoning*): descrição das razões principais e acessórias;
- V. posicionamento ideológico (*policy*): classificação das decisões em (a) questões normativas, valores e objetivos que a lei deveria promover; (b) questões econômicas, enfocando as consequências econômicas que certa decisão terá; (c) questões estruturais, no que se refere à relação entre as Cortes e com os outros poderes (executivo e legislativo); (d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei.

---

<sup>10</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO. Disponível em <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/>> . Acesso em 03 ago. 2018.

<sup>11</sup> FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Proposta para análise jurisprudencial utilizando a metodologia do estudo de caso americana ou *case method*.

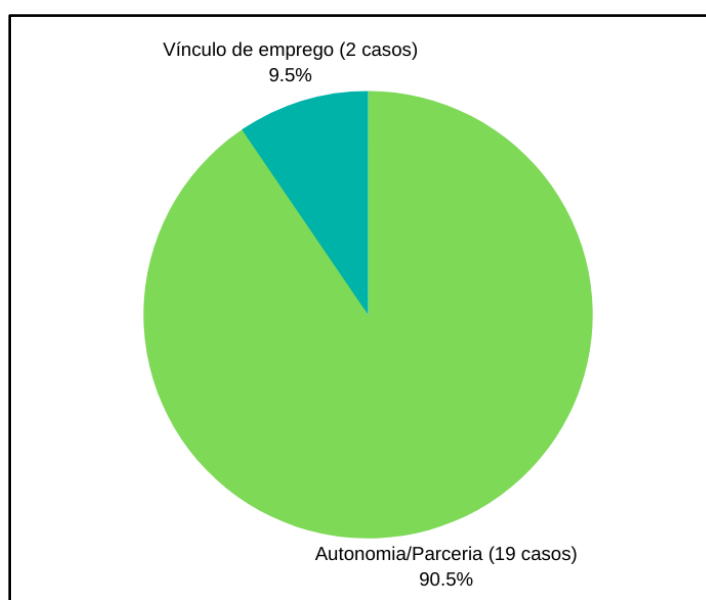
Para facilitar a análise dos dados, os casos foram enumerados de 1 a 21 e a sinopse de cada decisão judicial, com todos os pontos acima listados, pode ser acessada no apêndice B deste trabalho.

Além da pesquisa jurisprudencial, foram aplicados questionários aos profissionais de diferentes salões de beleza da região central de Curitiba (a amostra foi composta de 8 trabalhadores), os quais foram escolhidos aleatoriamente, sendo realizada uma análise qualitativa dos dados coletados. O questionário foi elaborado no formato estruturado, contendo perguntas sobre os aspectos analisados pelos desembargadores do TRT-PR para decidir a existência ou não de vínculo empregatício, tais como o percentual acordado entre as partes e a jornada de trabalho.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com a pesquisa jurisprudencial verificou-se a tendência do TRT-PR julgar improcedentes os pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício de profissionais de salão beleza, tendo em vista que em 90,5% dos casos foi reconhecida a autonomia desses trabalhadores e, conseqüentemente, negado o vínculo de emprego, conforme o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 – VÍNCULO DE EMPREGO x AUTONOMIA/PARCERIA



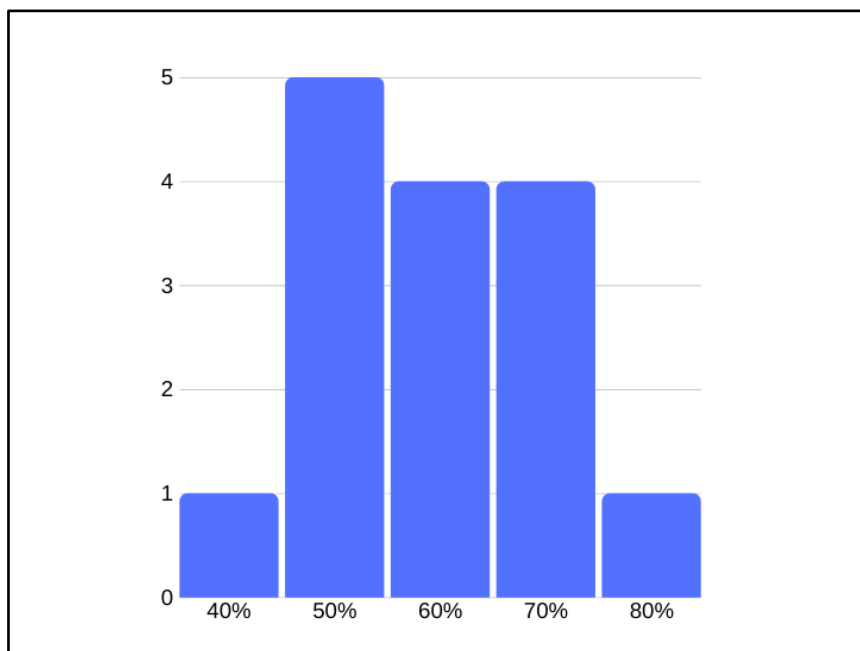
FONTE: A autora (2019).

Foram utilizados diversos critérios para distinguir as relações autônomas das empregatícias, conforme tópicos abaixo:

a) Percentual acordado

O principal critério utilizado pelos desembargadores foi a análise do percentual que cada trabalhador recebia pelo serviço prestado. Assim, no casos em que o profissional recebia 40% a 80% dos rendimentos foi negado o vínculo empregatício, totalizando 13 casos, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE CASOS x PERCENTUAL RECEBIDO PELOS PROFISSIONAIS



FONTE: A autora (2019).

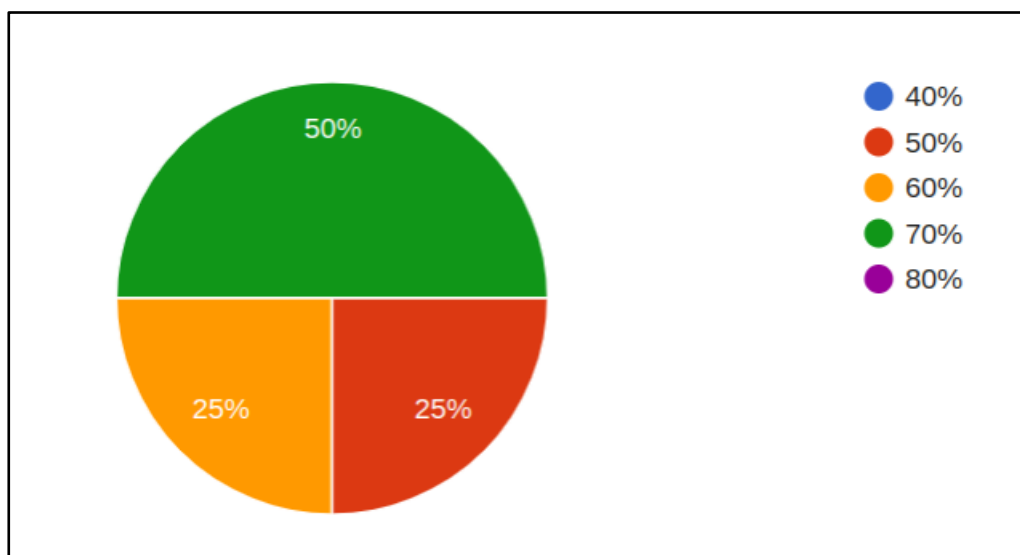
No GRÁFICO 2 verifica-se que em 5 casos o trabalhador recebia 50% dos valores referentes aos serviços prestados, e que em 8 casos os trabalhadores recebiam 60% e 70% (divididos em 4 casos para cada percentual) e, por fim, um trabalhador que recebia 80% e outro que obtinha 30% dos rendimentos.

Quanto a esse tema, foram utilizados os seguintes argumentos pelos desembargadores: a) que se fosse a hipótese de relação de emprego, seria financeira e economicamente inviável na manutenção da empresa (referente ao caso 1, em que o trabalhador recebia 50% e 80% dos serviços de cabeleireira e manicure, respectivamente); b) que demonstra ou indica a existência de autonomia/parceria (casos 3, 6, 11, 12, 14, 16, 17, 20 e 21); c) que não é usual que um empregado receba essa porcentagem (casos 8 e 21); d) que o percentual afasta a dependência econômico-financeira da autora para com o salão (caso 9); e) que revela-se absurdo se pensar em contrato empregatício remunerado à base de comissões que perfazem aproximadamente 50% dos ganhos (caso 15).

Em relação a entrevista realizada com os profissionais parceiros, todos estavam dentro do percentual estipulado nas decisões do tribunal (40% a 80%), considerando que obtinham o percentual de 50% a 80% dos rendimentos, conforme o GRÁFICO 3. Portanto, de acordo com esse critério apenas, sem analisar os outros aspectos da relação, todos seriam considerados autônomos.



GRÁFICO 3 - PERCENTUAL RECEBIDO PELOS PROFISSIONAIS PARCEIROS



FONTE: A autora (2019).

Conforme o gráfico acima, metade dos trabalhadores recebe o percentual de 70% dos rendimentos e a outra metade divide-se entre 50% e 60% dos rendimentos.

#### b) Jornada de Trabalho

Além do percentual acordado, em 14 casos foram analisados aspectos relativos à jornada de trabalho. Assim, considerou-se como autônomo o trabalhador que poderia realizar alguma dessas atividades: definir os dias e horários de trabalho; se ausentar sem necessidade de autorização e sem receber advertências; administrar a agenda, inclusive podendo recusar cliente ou remanejar o horário de serviço ou repassá-lo a outro prestador; folgar quantos dias desejasse e nas épocas de seu interesse.

Com a aplicação dos questionários, verificou-se que os profissionais parceiros não possuem a autonomia de realizar todas essas atividades. Há casos em que alguns não controlam a sua agenda bem como os seus dias e horários de trabalho, outros não podem folgar nos dias que desejarem e, ainda, outros que não podem se ausentar sem autorização.

Ainda, dentre os trabalhadores entrevistados, 62,5% afirmaram que não controlam seu horários de trabalho e tampouco podem folgar nos dias e épocas do seu interesse; 62,5% possuem jornada superior a 8 horas (sendo que uma das entrevistadas despende 4 horas para deslocar-se de sua casa para o trabalho e do trabalho para casa, por morar na região metropolitana de Curitiba); 12% não

possuem intervalo intrajornada e dos que usufruem (57,1%) o tempo do intervalo é inferior a 1 hora.

#### c) Jurisprudência

A jurisprudência também teve importante papel nas decisões judiciais, pois em 11 casos foi utilizada como argumento acessório na fundamentação (casos 1, 3, 4, 5, 10, 11, 14, 15, 17, 20, 21).

Na maioria dos casos a jurisprudência foi apenas citada pelos desembargadores, não sendo extensamente comentada por estes. Contudo, em um dos casos o desembargador, ao comentar sobre as ementas transcritas apresentou seu posicionamento sobre o reconhecimento do vínculo empregatício de profissionais parceiros:

As ementas a seguir transcritas refletem essa forma de pensar e que, a meu ver, prestigia a boa-fé, em lugar de impor à relação jurídica uma natureza que, ao tempo dos fatos, sequer foi cogitada pelas partes, o que, com todo o respeito, é como fechar os olhos à realidade e anular a vontade das partes, substituindo-a pela do Estado (o legislador e o juiz), o que nem sempre é a opção mais razoável, em face do que ordinariamente ocorre.

#### d) Alteridade

Para verificar a existência de alteridade os desembargadores analisaram de quem era a propriedade das ferramentas do trabalho, bem como dos materiais utilizados na prestação de serviços. Na maioria dos casos (casos 5, 9, 11, 14, 15 e 16) os profissionais parceiros eram donos das ferramentas de trabalho e materiais, portanto entendeu-se que eles assumiam o risco da atividade econômica, estando ausente o requisito da alteridade, que é necessário para configuração do vínculo. Já no caso 17 e 20, o entendimento foi de que “todas as despesas e materiais eram custeados pela reclamada, por decorrer do próprio empreendimento”, mas tal fato não foi tido como argumento positivo para reconhecer a relação empregatícia. Ainda, em outros casos a própria ré reconheceu que os materiais eram custeados pela mesma (caso 6).

Nas respostas dos questionários verificou-se que todos os entrevistados eram proprietários das ferramentas de trabalho (como secador, escova, dentre outros) e 87,5% também eram proprietários dos produtos utilizados. Então, se adotarmos o entendimento majoritário, poderíamos concluir que os profissionais

entrevistados assumem os riscos da atividade econômica, estando ausente portanto o requisito da alteridade.

e) (in)gerência no serviço

Outro aspecto importante foi a análise da existência ou não de ingerência do salão nas atividades dos trabalhadores. Nos casos 3, 10, 12 e 16 foi verificado que os profissionais detinham liberdade para execução do serviço, sem ingerência por parte do salão, reconhecendo, assim, a autonomia desses trabalhadores. Ainda, nos casos 3, 13, 16 foi ressaltado que o pagamento dos serviços eram realizados diretamente para a prestadora de serviço. Já no caso 18, houve o reconhecimento do vínculo empregatício e entendeu-se que a reclamada gerenciava as atividades da profissional, pois os agendamentos eram realizados pela ré e esta recebia os valores correspondentes ao trabalho prestado.

Dentre os trabalhadores entrevistados, 87% afirmam que o pagamento dos serviços é feito para o salão, que depois repassa os valores para os trabalhadores e 42,9% afirmaram que não possuem liberdade para coordenar sua atividade, sem ingerência do salão sobre a forma pela qual presta seus serviços. Ou seja, há um número expressivo de trabalhadores que poderiam ser considerados empregados se a questão dos pagamentos configurar uma forma de gerência do salão no serviço.

f) existência de documentos

Em que pese o direito do trabalho ser regido pelo princípio da primazia da realidade sobre a forma, constatou-se em algumas decisões que a celebração de um contrato eram consideradas evidências de uma relação autônoma (casos 5, 16, 17 e 20). Contudo, o direito do trabalho deve se pautar na realidade vivida entre as partes e não pela formalidade dos documentos, tendo em vista que o trabalhador está numa relação desigual frente aos salões de beleza.

g) possibilidade de contratar auxiliar

De acordo com as decisões, o fato do profissional parceiro possuir auxiliar contratada e remunerada pelo mesmo (casos 7 e 19) ou pela possibilidade de contratar (caso 16) revela a autonomia do trabalhador. Assim, nesse mesmo

sentido, no caso 18 foi reconhecida a relação empregatícia em razão da impossibilidade do trabalhador contratar subordinados.

Em relação aos entrevistados, 75% informaram que não podem contratar auxiliares sem intermédio do salão. Assim, considerando o argumento utilizado pelos desembargadores, esse fato poderia indicar a ausência de autonomia desses profissionais.

#### h) Ausência de ordens, punições e fiscalizações

Em quatro casos foi constatada a inexistência de subordinação jurídica pelas seguintes justificativas: porque os profissionais não eram submetidos a ordens emanadas do salão (caso 6 e 12); porque não se evidenciou a existência de qualquer punição em caso de faltas ao trabalho (caso 10 e 11); porque não houve qualquer indicativo de que houvesse pré-estipulação de folgas por parte do salão (caso 10); e porque não houve fiscalização do serviço prestado pelo trabalhador (caso 12).

Já nos questionários aplicados constatou-se que 87,5% dos trabalhadores recebem ordens do proprietário do salão e 62,5% afirmam que podem sofrer penalidades, o que evidencia a subordinação nessas relações.

#### i) argumentação genérica

No caso 1, tanto a parte autora quanto a parte reclamada não apresentaram testemunhas. O juiz de primeiro grau, sem se basear em provas, afirmou que "esses profissionais definem os dias e os horários de trabalho, além da possibilidade de se ausentar sem necessidade de autorização e sem receber advertências, bastando fechar agenda. Tampouco recebem ordens de empregados do salão e podem atender a clientes particulares, fora do salão, sem a obrigação de fazer qualquer repasse nesses casos". A partir dessa afirmação, o desembargador utiliza esse trecho como referência na decisão, alegando que essas assertivas não foram impugnadas de forma específica no recurso. Ou seja, em razão da parte não ter impugnado especificamente, o desembargador tomou o discurso do juiz como uma verdade absoluta.

Ainda, nos casos 4 e 13 é apresentada uma fundamentação genérica, alegando-se que, do conjunto probatório dos autos, denota-se que os profissionais trabalhavam de forma autônoma. Assim, por não apresentar as razões pela qual

concluiu que a relação seria autônoma, dificulta o oferecimento de recurso pela parte autora, violando o princípio constitucional da ampla defesa.

j) pessoalidade

Quanto ao requisito da pessoalidade, de um lado, temos dois casos (14 e 16) em que foi afastado tal requisito em razão da possibilidade de os clientes já agendados serem atendidos por um profissional substituto e, de outro lado, no caso 18 entendeu-se que estava presente o requisito da pessoalidade, pois não foi provado que a trabalhadora poderia se fazer substituir por pessoa diversa.

k) exclusividade

Embora a exclusividade não seja um elemento necessário para a relação empregatícia, em três casos ela foi utilizada como argumento para afastar o vínculo de emprego: no caso 1, foi citada a sentença de primeiro grau, no qual o juiz entendeu que os profissionais de salão de beleza podem atender a clientes particulares, fora do salão, sem a obrigação de fazer qualquer repasse nesses casos; no caso 6, concluiu-se que a autora tinha permissão de atender clientes particulares no salão do réu, desde que utilizasse produtos dela, o que corroboraria a autonomia de sua prestação de serviços, em parceria com o réu; no caso 8, a autora divulgava seus serviços sem constar os dados do salão e entendeu-se que a autora era, além de maquiadora, corretora de imóveis devido a várias publicações em seu perfil no facebook, não conseguindo provar a alegação de que ela e o marido utilizavam perfil único no facebook por questão de ciúmes.

Observa-se, no entanto, que a suposta autonomia da trabalhadora do caso 6 está mitigada, pois que tipo de trabalhador autônomo precisa de permissão para atender outros clientes?

Além disso, chega a ser um absurdo a autora do caso 8 ter que provar que possuía um perfil no facebook em conjunto com seu marido, afinal a exclusividade não é requisito essencial de uma relação de emprego.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores autônomos, 28% informaram que não possuem permissão de atender clientes particulares/próprios no salão e de trabalhar em outros salões ou em casa, o que demonstra a dependência econômica destes trabalhadores por trabalharem com exclusividade para o salão.

#### l) contradição nos depoimentos

A existência de contradição entre os depoimentos foi um fator relevante para a valoração dos depoimentos. Assim, nos casos 3, 4 e 9 os depoimentos da parte ré tiveram valor probante maior do que os depoimentos da parte autora, em razão de algumas contradições entre o depoimento do trabalhador e suas testemunhas, configurando um dos argumentos para afastar o vínculo empregatício.

#### m) estipulação dos preços

A participação do trabalhador no processo de formação dos preços dos serviços (caso 5) e a possibilidade de estipulação o valor dos serviços, ainda que observando uma tabela de valores mínimos (caso 7) demonstra a autonomia do profissional parceiro. Nas entrevistas constatou-se que grande parte dos trabalhadores (85%) participam da construção dos preços dos serviços.

#### n) subordinação estrutural

Dois casos semelhantes, envolvendo profissionais de salão de beleza tiveram resultados conflitantes ao discorrer sobre a subordinação estrutural. No caso 5 constatou-se que os profissionais é quem direcionavam a dinâmica do negócio e estruturavam sua organização produtiva, inexistindo a subordinação estrutural. Já no caso 18, concluiu-se que a atividade desempenhada pela trabalhadora (manicure) insere-se nos fins e objetivos do salão de beleza, assim como na dinâmica e organização impostas pelo mesmo, o que demonstraria a existência de subordinação estrutural.

#### o) inexistência de diferença entre autônomo e celetista

No caso 2 foi reconhecido o vínculo empregatício e um dos argumentos utilizados foi de que não existia diferença na relação de trabalho dos funcionários com registro em ctps e sem registro, a não ser pela forma de remuneração. Pensando nesse caso, foi inserida uma pergunta no questionário sobre esse tema, constatando-se que, nos locais em que havia contratação de empregados celetistas, todos afirmaram que não havia diferença na relação deles e dos empregados.

p) possibilidade de dar cortesia/descontos

A possibilidade de dar cortesia ou descontos aos clientes foi considerada uma característica de autonomia do profissional parceiro. Assim, no caso 5 foi utilizado esse argumento para afastar o reconhecimento do vínculo empregatício. Contudo, nas entrevistas realizadas com profissionais tidos como parceiros verificou-se que 42,9% deles não podiam conceder descontos ou cortesias, como o oferecimento de um procedimento gratuito.

q) escolha do cliente pelo profissional

No caso 7 concluiu-se que a possibilidade do cliente escolher qual profissional o atenderia indica a autonomia do trabalhador, pois demonstra que o salão não detinha o controle sobre as clientes e o volume de serviços prestados pelo mesmo.

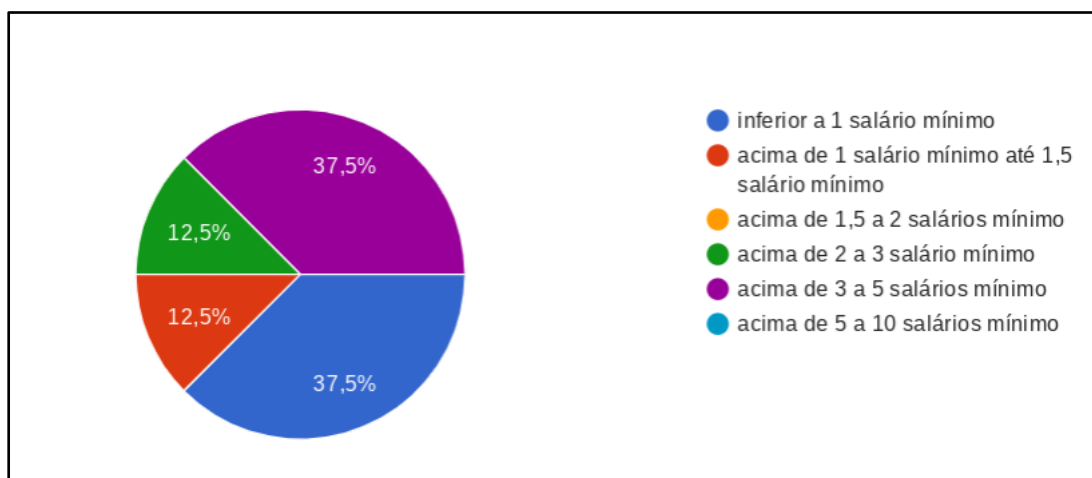
Apesar disso, dos trabalhadores autônomos que responderam os questionários, apenas 14% informou que a escolha do prestador de serviços é realizada pelo próprio cliente e 86% afirmou que a escolha é feita de forma mista, pelo salão e também pelos clientes. Desse modo, percebe-se que existe um controle pelo salão em relação ao volume de serviços realizados pelo prestador.

r) autônomo é mais benéfico

No caso 4, constou no acórdão a opinião do desembargador sobre o trabalho autônomo, afirmando que "a prestação de trabalho autônomo era mais benéfica para o Reclamante, pois por meio da referida parceria, sua remuneração era muito superior do que aquela que receberia caso fosse empregado (piso da categoria)".

A afirmação acima não foi comprovada pelo desembargador. Pelo contrário, nas entrevistas realizadas verificou-se que em alguns casos os profissionais parceiros recebiam valores inferiores ao piso da categoria e, inclusive, inferiores ao ao salário mínimo, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 - RENDA MENSAL DOS PROFISSIONAIS PARCEIROS



FONTE: A autora (2019).

Assim, constatou-se que: 37,5% têm como renda mensal valor inferior a 1 salário mínimo; 12,5% recebem acima de 1 até 1,5 salários mínimos; 12,5% acima de 2 a 3 salários mínimos; e 37,5% recebem acima de 3 a 5 salários mínimos.

Contudo, além do salário, é necessário refletir também sobre os demais direitos que esses profissionais não usufruem por não possuírem uma relação de trabalho empregatícia, como as férias mais um terço, décimo terceiro salário, horas extras, eventual adicional de insalubridade pelo uso de produtos químicos, depósito no FGTS, dentre outros.

#### s) confissão ficta

No caso 12, um dos argumentos utilizados trata-se da aplicação do artigo 844 da CLT, o qual dispõe que a parte ausente na audiência de instrução será considerada confessa sobre a matéria de defesa, ou seja, presume-se verdadeiras as alegações do salão de beleza.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho buscava-se descobrir se o contrato de parceria, regulamentado pela lei 13.352/2016, realmente possui natureza de contrato de parceria ou se a lei estaria sendo usada para legalizar a pejetização ou para dificultar o reconhecimento do vínculo de emprego.

A partir disso, foi realizada a pesquisa jurisprudencial, na qual constatou-se que não existe uma distinção clara das características de um profissional autônomo e de um profissional empregado, porque mostra-se cada vez mais tênue a diferença entre o trabalho subordinado e o trabalho autônomo. Em cada caso são utilizados diferentes critérios, os quais são condicionados a valorização que se dá a cada um dos fatos e também da perspectiva observada pelo julgador.

Podemos citar como exemplo os casos divergentes quanto a propriedade dos materiais e produtos, no qual em alguns processos se a propriedade era do trabalhador era um argumento para afastar o vínculo empregatício, mas em outros casos, quando os materiais eram arcados pelo salão, tal fato não era utilizado como argumento para reconhecer a relação empregatícia. Do mesmo modo, em relação a teoria da subordinação estrutural, na qual temos dois casos semelhantes com decisões antagônicas.

Ainda assim, foi possível perceber que a tendência do TRT-PR é de julgar improcedentes os pedidos de vínculo empregatício, pela existência de alguns elementos que demonstram autonomia desses trabalhadores.

Contudo, com a aplicação dos questionários constatou-se que ao menos tempo que esses trabalhadores possuem alguns aspectos de autonomia também possuem características de empregados subordinados, de modo que, se esses casos fossem judicializados, seria possível fundamentar tanto para a procedência quanto pela improcedência do pedido de vínculo empregatício, a depender da interpretação e da valoração que se faria em relação aos fatos.

Deste modo, percebe-se que o contrato de parceria possui características de autonomia e subordinação, porém a jurisprudência consolidada, ao sopesar essas características, tende a concluir que se trata de uma relação autônoma.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2007.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **PROCESSO N. ADI 5625**. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5094239>>. Acesso em 29 set. 2019.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO. **Bases Jurídicas**. Disponível em <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/>> . Acesso em 03 ago. 2018.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Proposta para análise jurisprudencial utilizando a metodologia do estudo de caso americana ou case method**.

Lei do Salão Parceiro: MPT denuncia irregularidades na aplicação da lei. Economia - iG, São Paulo, 27 set. 2017. Acesso em: <<https://economia.ig.com.br/2017-09-27/lei-do-salao-parceiro.html>> . Acesso em 05 nov. 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Direito do Trabalho - Primeiras Linhas**. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 1997.

MACHADO, Sidnei. **A Noção de Subordinação Jurídica**: uma perspectiva reconstrutiva. São Paulo: LTr, 2009.

MERÍSIO, Patrick Maia; MAIA, Silvana Liberto Alves. **Contrato de parceria: o salão-parceiro**. São Paulo: LTr, 2017.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

SANTOS, Andréa Dantas. **Pejotização e fraude nas relações de emprego: análise dos efeitos trabalhistas e fiscais-tributários (o caso dos salões de beleza)**. Revista Ltr: legislação do trabalho, São Paulo, SP, v. 83, n. 2, p. 205-222, fev. 2019

# Questionário

8 respostas

## Identificação

### Entrevistado

8 respostas

1

2

3

5

6

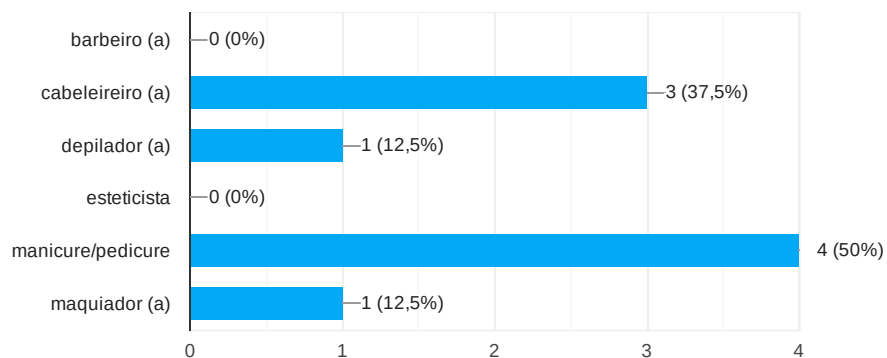
7

8

4

### Cargo

8 respostas



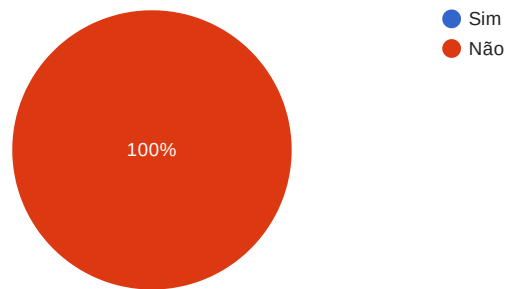
### Modalidade de contrato de trabalho

8 respostas



Teve alguma alteração na modalidade de contrato após a lei do salário  
parceiro (aprovada em 2016)?

8 respostas



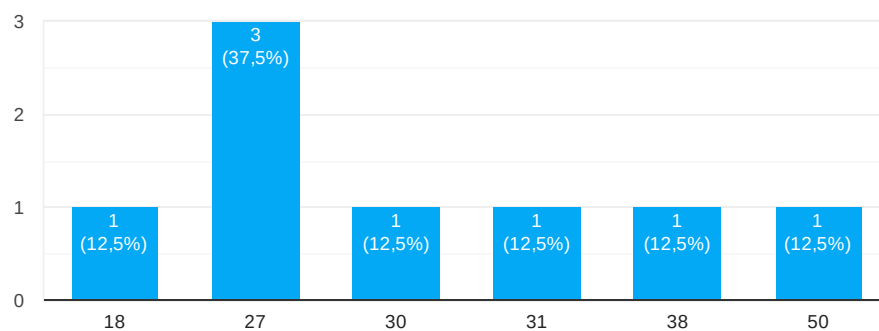
Caso a resposta anterior seja positiva, especifique:

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

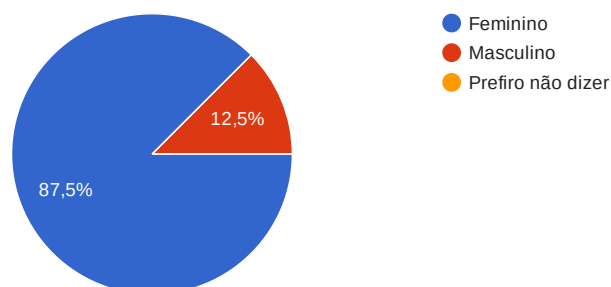
Idade

8 respostas



Gênero

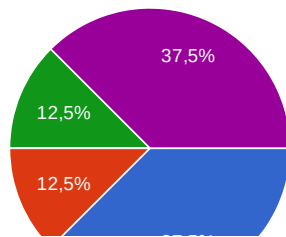
8 respostas



Faixa de renda mensal:

8 respostas

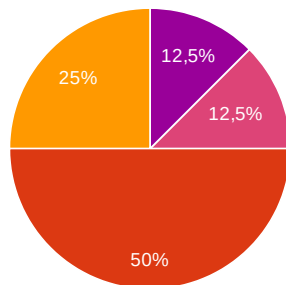




- inferior a 1 salário mínimo
- acima de 1 salário mínimo até 1,5 salário mínimo
- acima de 1,5 a 2 salário mínimo
- acima de 2 a 3 salário mínimo
- acima de 3 a 5 salários mínimo
- acima de 5 a 10 salários

#### Nível de escolaridade:

8 respostas

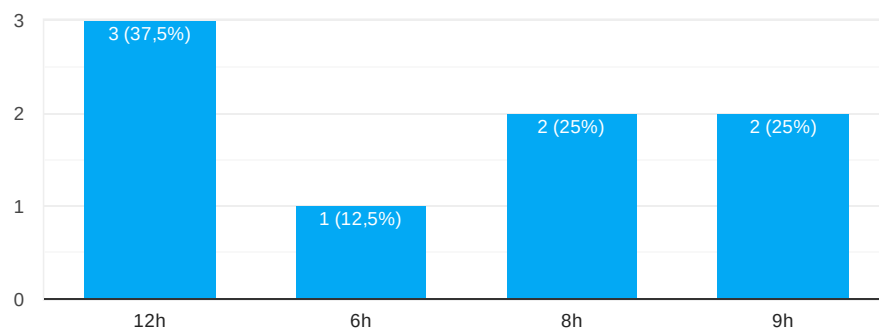


- até ensino fundamental
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino técnico
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo
- pós-graduação

#### JORNADA

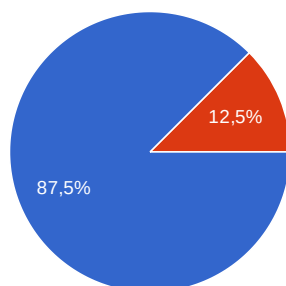
#### Quantas horas em média trabalha por dia?

8 respostas



#### Faz intervalo?

8 respostas

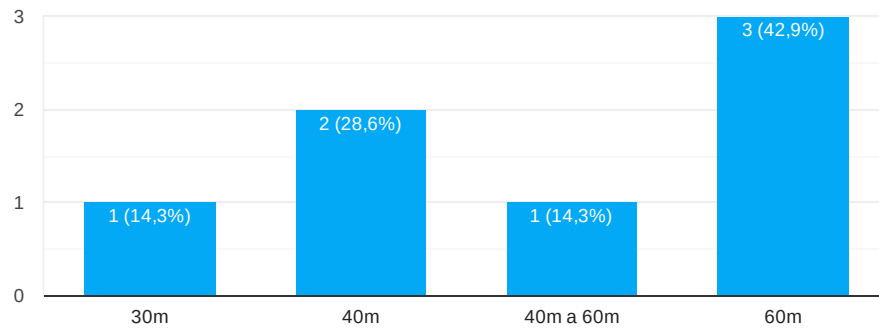


- Sim
- Não

Caso a resposta anterior seja positiva, qual é o tempo do seu intervalo em minutos?

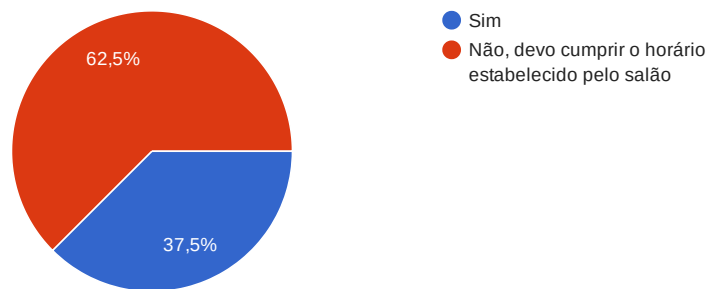


7 respostas



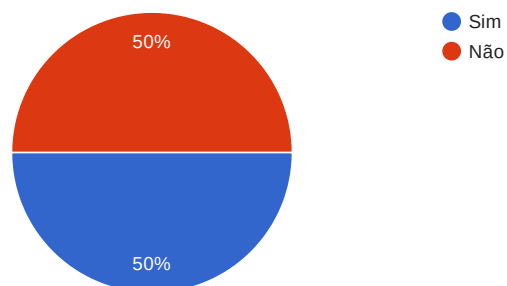
1. Você define os dias e horários de trabalho?

8 respostas



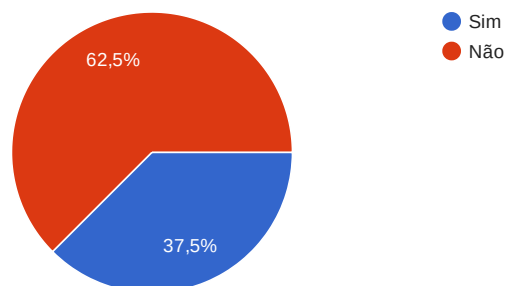
2. Tem jornada determinada pelo salão? (Ex: trabalhar no mínimo tantas horas por dia)

8 respostas



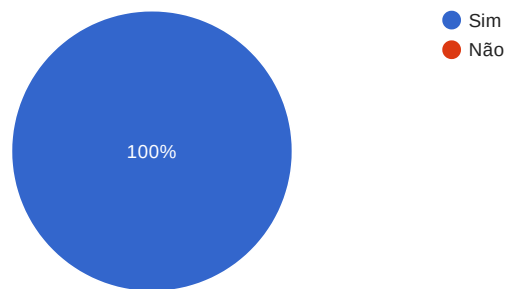
3. Pode folgar quantos dias desejar e nas épocas de seu interesse?

8 respostas



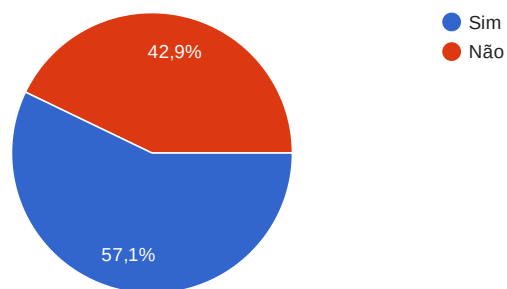
4. Pode faltar ao trabalho sem necessidade de autorização ou apresentação de atestado?

8 respostas



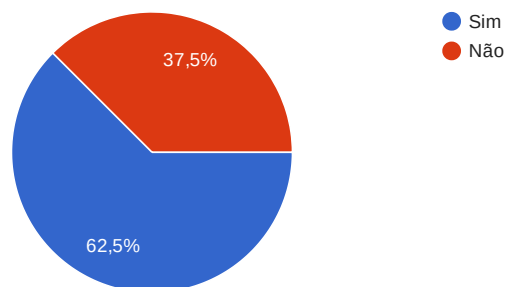
5. Pode se ausentar do trabalho sem necessidade de autorização?

7 respostas



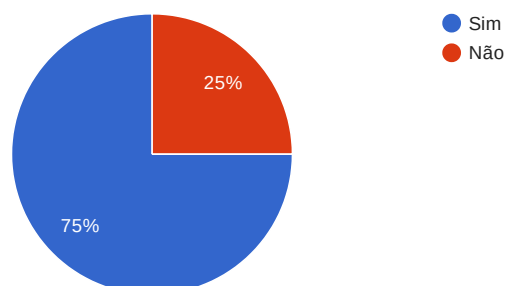
6. Possui controle sobre sua agenda, definindo datas e horários para as clientes que atende?

8 respostas



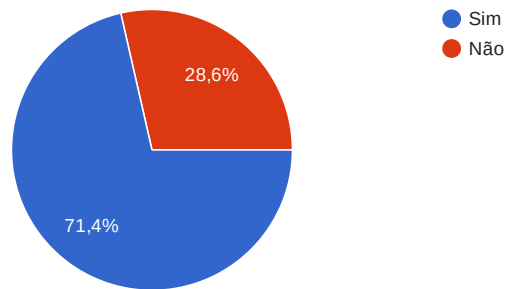
7. Pode cancelar algum agendamento?

8 respostas



Pode recusar o cliente ou remanejar o horário de serviço ou repassá-lo à outro prestador de serviços?

7 respostas



Tempo de deslocamento da sua casa até o local de trabalho:

6 respostas

15m

20m

40m

25m

120m

10m

Tempo de deslocamento do local de trabalho até a sua casa:

6 respostas

15m

20m

45m

25m

120m

10m

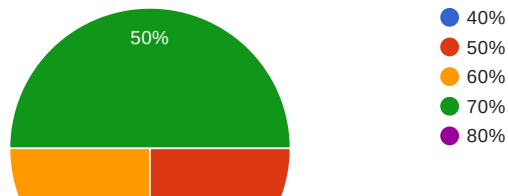
Divisão dos ganhos

Percentual acordado para o trabalhador:

8 respostas

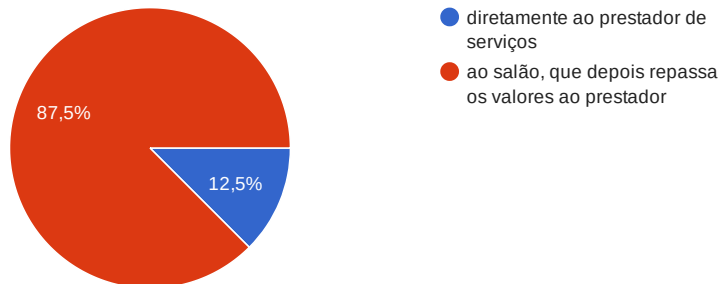






10. Como é realizado o pagamento dos serviços?

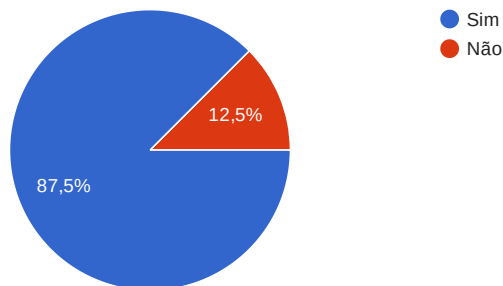
8 respostas



Ferramentas de trabalho

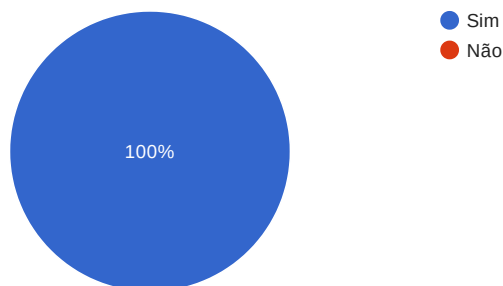
11. Os produtos utilizados (shampoo, cera, etc.) são de sua propriedade?

8 respostas



12. As ferramentas de trabalho (escova, secador, chapinha, etc) são de sua propriedade?

7 respostas

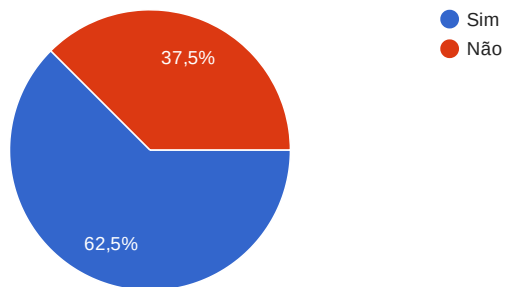


Estipulação de preços

13. Participa do processo de formação de preço dos serviços?

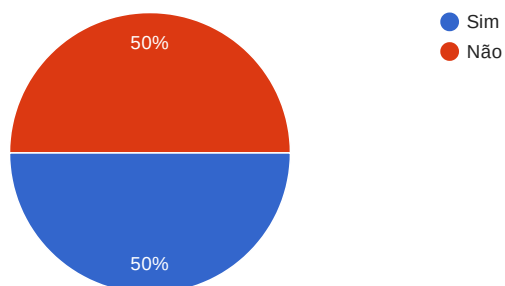
8 respostas





14. Possui autonomia para conceder cortesia a clientes, como o oferecimento de um procedimento gratuito (escova, corte, etc.), ou, ainda, para dar-lhes desconto no valor dos serviços?

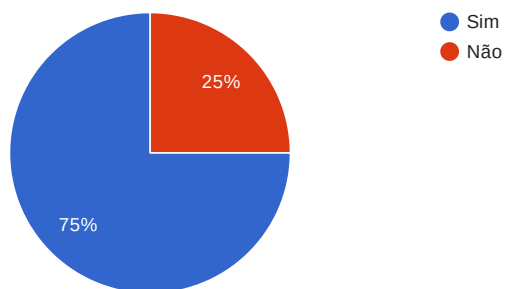
8 respostas



Clientela

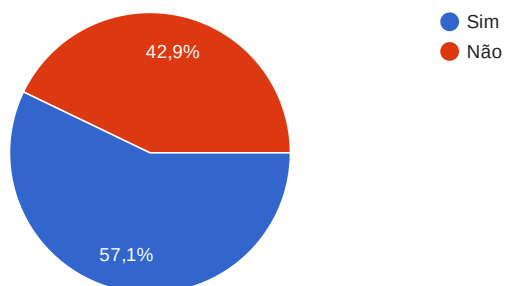
15. Tem permissão de atender clientes particulares/próprios no salão?

8 respostas



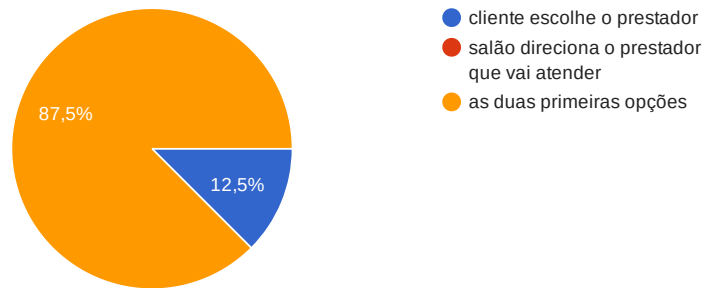
16. Pode trabalhar em outros salões ou em casa?

7 respostas



### 17. Como é realizada a escolha do prestador de serviços?

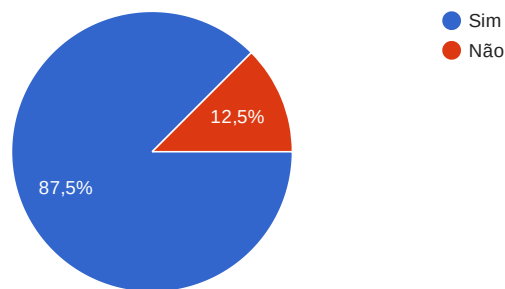
8 respostas



Poder diretivo

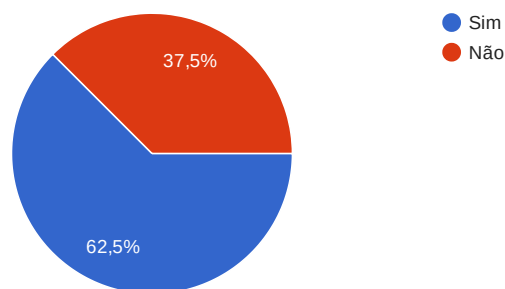
### 18. Recebe ordens do proprietário do salão?

8 respostas



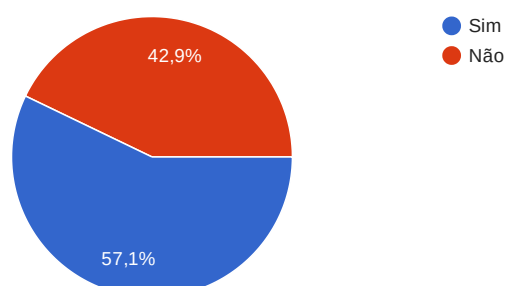
### 19. Pode sofrer alguma penalidade?

8 respostas



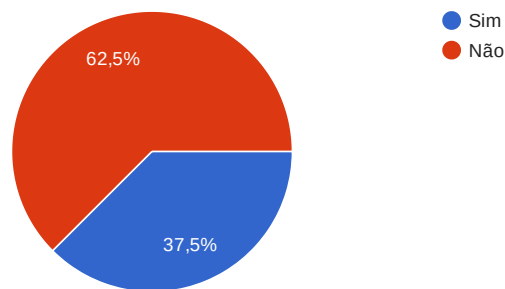
### 20. Tem liberdade para coordenar sua atividade, sem ingerência do salão sobre a forma pela qual presta seus serviços?

7 respostas



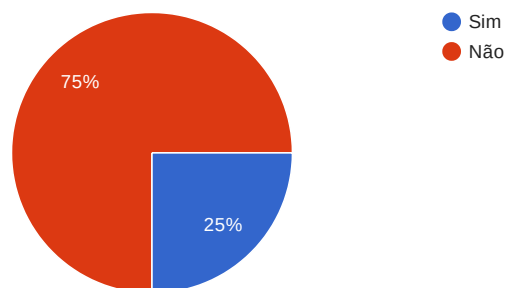
21. Há fiscalização de seu serviço pelo salão?

8 respostas



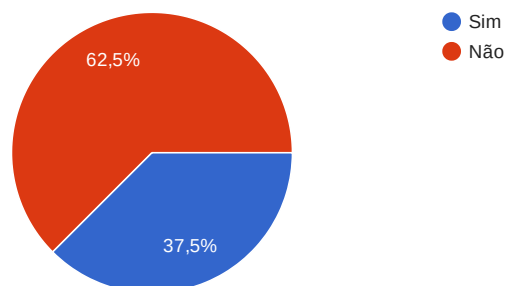
22. Há a possibilidade de você contratar auxiliares sem intermédio do salão?

8 respostas



Existe algum profissional que tenha registro em CTPS efetuado pelo salão?

8 respostas



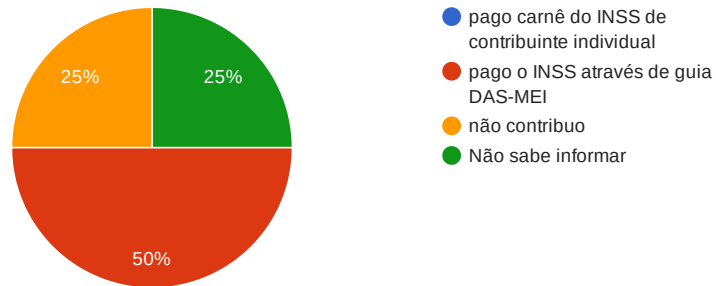
Caso a resposta anterior seja positiva, percebe algum tratamento diferenciado em relação aos empregados registrados e autônomos?

3 respostas



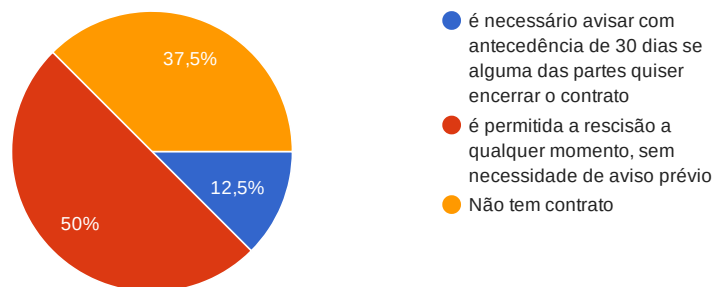
### Sobre a contribuição de previdência social:

8 respostas



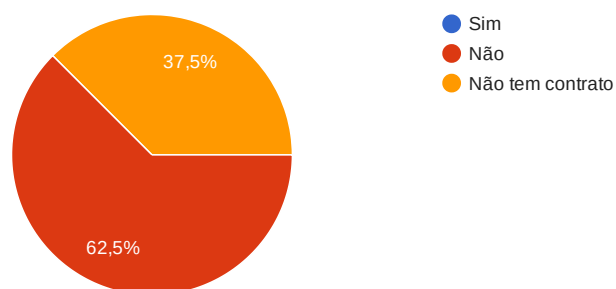
### Sobre a forma de rescisão do contrato:

8 respostas



### Em caso de rescisão antecipada do contrato, a parte que deseja rescindir deve pagar multa?

8 respostas



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
1	RO	0012076- 36.2016.5.09. 0029	2	Cláudia Cristina Pereira	13/12/2018	Curitiba - 20a VT	Tereza Vilma de Abreu	Wanderlei Cardoso da Costa	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidade de contrato	parceria mediante cessão do espaço para prestação de serviços	cabeleireira e manicure	<b>Percentual acordado:</b> a autora informou na própria peça inicial que percebia a quantia de 80% para cada trabalho de manicure, e 50% para os serviços como cabeleireira, o que, se fosse a hipótese de relação de emprego, sob estes moldes, seria financeira e economicamente inviável na manutenção da empresa, afinal, tal representaria que a suposta empregada reteria metade ou mais do preço dos serviços; remanescendo ao suposto empregador, mesmo em face de insuficiente valor lucrado, arcar com os recolhimentos de impostos, manutenção das instalações físicas e demais encargos necessários para a existência da empresa.	<b>Autonomia na jornada de trabalho e Falta de exigência de exclusividade:</b> o julgador de primeiro grau concluiu que, ao caso, aplica-se o entendimento de que "Esses profissionais definem os dias e os horários de trabalho, além da possibilidade de se ausentar sem necessidade de autorização e sem receber advertências, bastando fechar agenda. Tampouco recebem ordens de empregados do salão e podem atender a clientes particulares, fora do salão, sem a obrigação de fazer qualquer repasse nesses casos" (...) assertivas que sequer foram impugnadas de modo específico no recurso.  <b>Jurisprudência:</b> TST; TRT 8 turma; Precedente ACP 47262-2015-008-09-00-4	(b) questões econômicas, enfocando as consequências econômicas que certa decisão terá;
2	ROPS	0000244- 41.2018.5.09. 0124	4	Rosemari e Diedrichs Pimpão	30/11/2018	Ponta Grossa - 4 VT	Selma Mendes Augusto	Vital Urban Spa LTDA - ME	A parte ré requer a reforma da sentença que julgou procedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidade de contrato	emprego	manicure e pedicure	<b>Ausência de autonomia na jornada de trabalho:</b> ausência de autonomia para fixar seus horários de trabalho, que eram determinados pelos agendamentos realizados diretamente pelas recepcionistas; bem como não ficou evidenciado que que comissionistas poderiam faltar ao emprego	Inexistia diferença na relação de trabalho dos funcionários com registro em ctps e sem registro, a não ser pela forma de remuneração	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
3	RO	0001405- 37.2017.5.09. 0863	2	Ana Carolina Zaina	26/11/2018	Londrina - 3 VT	Aline Santos Guedes	Maria Elena Dias	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidade de contrato	parceria informal	manicure, pedicure e auxiliar de serviços gerais	<b>Contradição de informações:</b> autora divergiu do alegado na inicial (obs: na inicial alega ter trabalhado com serviços gerais e na instrução alega ser manicure/pedicure; já a testemunha relatou situação não informada na inicial - que autora auxiliava na ministração de cursos)	<b>Cadastro PJ:</b> é MEI em atividade de manicure e pedicure <b>Autonomia na jornada de trabalho:</b> documento demonstra que a autora administrava a sua agenda, definindo datas e horários para as clientes que atendia <b>Liberdade na execução:</b> detinha liberdade para a execução do trabalho <b>Percentual acordado/pagamento direto:</b> recebia os valores diretamente dos clientes que atendia, no percentual acordado (60%) <b>Jurisprudência:</b> TRT 1 e 2 turma. Sobre o tema: As ementas a seguir transcritas refletem essa forma de pensar e que, a meu ver, prestigia a boa-fé, em lugar de impor à relação jurídica uma natureza que, ao tempo dos fatos, sequer foi cogitada pelas partes, o que, com todo o respeito, é como fechar os olhos à realidade e anular a vontade das partes, substituindo-a pela do Estado (o legislador e o juiz), o que nem sempre é a opção mais razoável, em face do que ordinariamente ocorre.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
4	RO	0001474- 98.2015.5.09. 0003	6	Paulo Ricardo Pozzolo	2/10/2018	Curitiba - 3 VT	Luis Otavio de Paula Tatim	Lino & Silva Estetica e Beleza LTDA - ME	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidade de contrato	autônomo	cabeleireira	<b>Contradição e Prova testemunhal:</b> há contradição entre o depoimento prestado pela testemunha Claudemir (testemunha do autor) e a testemunha Nelcir (testemunha da ré). Assim, pelos depoimentos prestados não se verifica a subordinação alegada pelo Autor, pois havia autonomia sobre o serviço prestado.	<b>Autônomo é mais benéfico:</b> a prestação de trabalho autônomo era mais benéfica para o Reclamante, pois por meio da referida parceria, sua remuneração era muito superior do que aquela que receberia caso fosse empregado (piso da categoria). <b>Conjunto probatório (genérico):</b> o conjunto probatório dos autos permite concluir que o Reclamante atuava como trabalhador autônomo <b>Jurisprudência</b>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
5	RO	0000075- 22.2016.5.0 9.0125	1	Neide Alves dos Santos	08/09/2018	Pato Branco - 2VT	MPT	Locadora de Espaços para profissionais de beleza e estética DNA LTDA - ME  Administrado ra de Salões	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de que as rés se abstendam de admitir ou manter empregados sem registro	Modalidad e de contrato	contrato de arrendamento de espaço para prestação de serviços	Várias funções (cabeleireiro, maquiadora, barbeiro, manicures)	<b>Autonomia no horário de trabalho:</b> podiam definir os horários de trabalho, possuindo liberdade para deixar a agenda livre em dias úteis a fim de ocupar-se de assuntos particulares; podiam recusar cliente ou remanejar o horário de serviço ou, ainda, repassá-lo a outro prestador; podiam folgar quantos dias desejassem e nas épocas de seu interesse, bastando que o comunicassem ao salão, por razões de logística.	<b>Existência de contrato:</b> entre os profissionais de beleza constituídos em pessoa jurídica (MEI - Microempreendedor Individual) e as rés havia contrato de arrendamento de espaço para prestação de serviços <b>Estipulação dos preços:</b> participavam da processo de formação de preço dos serviços <b>Cortesia/descontos:</b> possuíam autonomia para conceder cortesia a clientes, tal qual o oferecimento de um procedimento gratuito ("escova", "corte", etc.), ou, ainda, para dar-lhes desconto no valor dos serviços <b>Ferramentas de trabalho:</b> eram de propriedade dos profissionais (tesouras, secador, etc.), fornecendo o salão apenas produtos de consumo imediato (shampoo, cera para cabelos, etc	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei

Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
								Salão de Beleza DNA LTDA - ME						<b>Inexistência de subordinação estrutural:</b> não havia subordinação estrutural, porque eles próprios é quem direcionavam a dinâmica do negócio e estruturavam sua organização produtiva	
														<b>Jurisprudência</b>	
6	RO	0000183-38.2017.5.09.0021	4	Rosemari e Diedrichs Pimpão	29/08/2018	Maringá - 2 VT	K. C. S.	S. T. E. S. S. M. R. S.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	Parceria	cabeleireira	<b>Prova oral - Atuação em parceria/Percentual acordado:</b> Emerge da prova oral que as partes atuavam em parceria, de modo que o réu cedia o espaço físico e a autora prestava serviços, com divisão de ganhos, de acordo com o percentual previamente ajustado de 60% para a autora.	<b>Ausência de submissão a ordens:</b> Evidencia-se da prova oral que a autora não era subordinada juridicamente ao réu, porquanto não era submetida a ordens emanadas do réu.  <b>Controle da agenda:</b> A autora podia agendar livremente os horários de atendimento dos clientes, dentro do horário de funcionamento do salão. A testemunha Suelen confirmou que a autora poderia iniciar e encerrar suas atividades a seu critério. Antes de marcar horário com algum cliente, a autora era sempre consultada para que confirmasse o atendimento.  <b>Possibilidade de ausentar-se para resolver questões pessoais:</b> Comprovou-se satisfatoriamente que as ausências para resolver questões pessoais eram permitidas. A própria autora confessa que bastava informar que não compareceria ao salão, para que nenhum cliente fosse agendado naquele período. A informante da autora corroborou que "caso a depoente tivesse assuntos particulares para resolver, avisava com antecedência para que não fossem agendados clientes naquele período".  <b>Permissão para atender clientes particulares:</b> a autora tinha permissão de atender clientes particulares no salão do réu, desde que utilizasse produtos dela, o que corrobora a autonomia de sua prestação de serviços, em parceria com o réu. Nesse contexto, a autora reconheceu que usava produtos próprios, como escovas e secadores.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
7	RO	0000479-05.2017.5.09.0007	3	Thereza Cristina Gosdal	27/07/2018	Curitiba - 7VT	A. A. S.	I. A. M. E. M.; I. A. M. O.; I. A. M.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireiro	<b>Controle da agenda:</b> embora a reclamada dispusesse de recepcionista para realizar os agendamentos dos profissionais que trabalhavam em seu salão de beleza, o reclamante tinha liberdade e autonomia sobre os dias e horários disponibilizados em sua agenda, podendo "fechar a sua agenda" quando quisesse ou precisasse, sem sofrer nenhuma punição.	<b>Ausência de exigência de cumprimento de jornada:</b> não era exigido do autor o cumprimento de jornada de trabalho fixada pela reclamada.  <b>Estipulação dos preços:</b> Válido destacar, ainda, que a prova oral revela que não era a reclamada que estipulava o valor dos serviços prestados pelo autor, mas o próprio reclamante, que apenas tinha que observar uma tabela de valores mínimos.  <b>Existência de auxiliar própria:</b> A autonomia na prestação de serviços do autor se revela, ainda, pela existência de auxiliar própria, por ele contratada e remunerada, sem vínculo com a reclamada, o que vai ao encontro da tese da defesa.  <b>Escolha do profissional pelos clientes:</b> eram os próprios clientes que escolhiam os serviços do reclamante e não a reclamada que os direcionava, o que é inerente à prestação de serviços de cabeleireiro e demonstra que a reclamada não detinha o controle sobre as clientes e o volume de serviços prestados pelo autor.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
8	RO	0000865-74.2017.5.09.0091	5	Archimed es Castro Campos Junior	16/07/2018	Campo Mourão	L. C. S.	L. S. S. F. O.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	parceria	manicure, pedicure e maquiadora	<b>Percentual acordado:</b> No caso, compartilha-se do entendimento do MM. Juízo Singular que a remuneração à base de comissões no percentual (70%) em favor da autora "não é usual ou ordinário que um empregado de salão de beleza receba 70% de toda sua produção".	<b>Divulgação sem os dados do salão:</b> A corroborar, a fotografia (contendo os dizeres "Larissa Cipriano Make up" - id 8b8f167) colacionada aos presentes a fim de divulgar o trabalho exercido pela autora, não identifica o nome e o telefone do salão de beleza da reclamada.  <b>Clientes próprios:</b> a testemunha ouvida a seu convite disse que "o atendimento da autora era realizado tanto em relação a clientes do salão quanto em relação a clientes próprios" e que "havia uma preferência dos clientes do salão pelo serviço realizado pela autora".  <b>Ausência de exclusividade:</b> As publicações constantes nas redes sociais evidenciam que a reclamante, além de maquiadora atua como corretora de imóveis, revelando-se frágil a alegação de que a autora e o marido utilizavam perfil único no facebook por questão de ciúmes.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei

Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
9	RO	0011283-84.2016.5.09.0001	5	Sergio Guimarães Sampaio	28/06/2018	Curitiba - 1VT	M. C. L.	S. V. J. 8.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireira, manicure e pedicure	<p><b>Contradição nos depoimentos:</b> A substancial contradição havida entre o depoimento da Reclamante e o testemunho do sr. Antônio prejudica a credibilidade da tese da Autora, sendo que ao relato da citada testemunha não merece ser atribuído valor probante superior ao conferido às informações prestadas pelas demais testemunhas. Não fosse isso, toda a prova testemunhal dá suporte à tese da defesa. (Obs: a testemunha da autora afirma que sempre combinou os horários de atendimento com a reclamante e as testemunhas da ré afirmam que: a reclamante estabelecia o horário de trabalho, sem a necessidade de cumprir determinada jornada; as cabeleireiras marcavam os horários diretamente com as clientes; o acerto era realizado pela própria cabeleireira; era a própria reclamante que estipulava os preços; não havia fiscalização do trabalho)</p>	<p><b>Ferramentas de trabalho da autora:</b> Além disso, valia-se a Autora de seu próprio material e produtos para a prestação de serviços, demonstrando ausência de alteridade.</p>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
													<p><b>Percentual acordado:</b> divisão de comissões de 60% para a Autora e 40% para a Ré, em relação aos serviços de manicure e, de 50% para cada parte, em relação aos serviços de cabelo, afastando-se a dependência econômico-financeira daquela para com esta.</p>		
10	RO	0001155-75.2017.5.09.0128	3	Thereza Cristina Gosdal	26/06/2018		C. P.	A. H. S. C. M.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireiro e barbeiro	<p><b>Controle da agenda:</b> a testemunha ouvida indicou que o reclamante tinha total disponibilidade sobre sua agenda, podendo fixar os dias e horários em que trabalharia. Ainda, apesar de reticente, o próprio autor admitiu que poderia fazer bloqueios em sua agenda em casos específicos, corroborando esta afirmação</p>	<p><b>Inexistência de punição por faltas ou pré-estipulação de folgas:</b> não houve qualquer indicativo de que houvesse punição por faltas ou pré-estipulação de folgas por parte do salão.</p>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
													<p><b>Inexistência de ingerência da ré:</b> Não verifico no presente caso nenhum traço distintivo que demonstre ingerência da empresa ré sobre a forma pela qual o profissional prestava seus serviços</p>		
11	RO	0000750-80.2017.5.09.0664	3	Cassio Colombo Filho	17/06/2018	Londrina - 5VT	F. P. A.	H. H. M.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	manicure	<p><b>Percentual acordado:</b> No caso em análise, não restou configurada relação de emprego. Isso porque havia divisão de rendimentos em 70% para a reclamante e 30% para o reclamado.</p>	<p><b>Ferramentas de trabalho:</b> Além disso, a reclamante confirmou que utilizava material de trabalho próprio.</p>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
													<p><b>Possibilidade de não comparecer ao local de trabalho:</b> ainda que a testemunha FERNANDA tenha afirmado que era o reclamado o responsável por determinar horários de atendimento, a testemunha do recorrido esclareceu a contento que caso não pudesse comparecer ao local de trabalho, bastava comunicar a recepção e os proprietários a fim de que não houvesse agendamentos para o dia.</p>		
													<p><b>Inexistência de punição em caso de faltas:</b> Ainda, do conjunto probatório não se evidenciou a existência de qualquer punição em caso de faltas ao trabalho.</p>		
12	RO	0001681-91.2015.5.09.0005	5	Marco Antonio Vianna Mansur	05/06/2018	Curitiba - 5VT	Stefani Caroline da Silva	Administradora de Salões de Beleza Concheski Ltda. - Me; Locadora de Espaços Para Profissionais da Beleza e Estética Wagner Ltda. - Me; Sainnara	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireira	<p><b>Confissão - Autora não compareceu na audiência de instrução:</b> sendo a reclamante confessa e não existindo prova real em sentido contrário, presumem-se verdadeiras as alegações de fato.</p>	<p><b>Percentual acordado:</b> Reconhece-se, portanto, que a autora efetivamente arrendou espaço da 2ª ré para desenvolver a atividade de manicure no salão e dos valores pagos, ficava com 70% e repassava 30% para pagamento do espaço e da infraestrutura.</p>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
													<p><b>Ausência de ordens ou fiscalização:</b> A reclamante jamais recebeu ordens das rés ou havia fiscalização de seu serviço.</p>		
													<p><b>Possibilidade de se ausentar:</b> Não tinha que pedir permissão para se ausentar.</p>		
													<p><b>Gerenciamento das atividades/Controle da agenda:</b> Era ela quem gerenciava todos os aspectos de sua atividade, inclusive abrindo ou fechando sua agenda de acordo com a sua conveniência.</p>		



Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
13	RO	0000708- 86.2017.5.0 9.0678	4	Luiz Eduardo Gunther	24/05/2018	Ponta Grossa - 3VT	E. A. C.	A. S. F.; E. D. G. F.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	manicure	<b>Prova oral - Pagamento direto à autora:</b> Da prova colacionada aos autos, em especial do depoimento das testemunhas Giselda, Daniele e Eliane, denota-se que a reclamante trabalhava de manicure autônoma no salão do réu, recebendo o pagamento diretamente dos clientes. Neste caso, conclui-se, pois, que não houve vínculo empregatício entre as partes.		(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
14	RO	0001678- 39.2015.5.0 9.0005	4	Luiz Eduardo Gunther	17/04/2018	Curitiba - 5VT	Iraci Gonçalve s	Administra ra de Saloes de Beleza Concheski Ltda. - Me; Locadora de Espacos Para Profissionais da Beleza e Estetica Wagner Ltda. - Me; Saionara Concheski; Lady Lord Instituto de Beleza e Estetica	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	maquiadora	<b>Ausência de personalidade:</b> a prova oral foi elucidativa quanto à autonomia da autora em suas atividades. Observe-se que a testemunha Fabiane afirmou que poderia se ausentar quando tivesse interesse, não precisando de autorização, bastando fechar agenda e que poderia negar atendimento a cliente. Inclusive, a própria testemunha da autora, nos autos 37713-2015-005-09-00-06, deixou claro em suas declarações a possibilidade de os clientes já agendados serem atendidos por um profissional substituto, assim afastando o quesito da personalidade, indispensável à configuração da relação de emprego.	<b>Não comprovada subordinação:</b> Também não comprovada qualquer subordinação quanto à forma de execução dos serviços ou da formação da clientela.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
													<b>Assunção dos riscos (percentual acordado e equipamentos do trabalho):</b> além da autora receber uma significativa participação sobre o preço do serviço prestado (50%), hipótese em que se mostra evidente a assunção, ainda que em parte, dos riscos do empreendimento pelo trabalhador, ainda mais quando os equipamentos utilizados para o serviço eram da própria autora.		
													<b>Jurisprudência</b>		
15	RO	0000129- 16.2017.5.0 9.0072	1	Neide Alves dos Santos	03/04/2018	Pato Branco - 1VT	D. C.	L. E. P. P. B. E. D. M; A. S. B. D. M.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	maquiadora	<b>Percentual acordado:</b> A teor da prova oral, observa-se que a reclamante atuava como maquiadora autônoma, pagando um percentual dos serviços recebidos para as reclamadas, a título de arrendamento e administração dos serviços, conforme contratos juntados. (...) Anote-se também que, tendo em conta os encargos sociais resultantes da pactuação, revela-se absurdo se pensar em contrato empregatício remunerado à base de comissões que perfazem aproximadamente 50% dos ganhos pela prestação dos serviços. O rateio de resultados é próprio da parceria. A relação entre as partes indica a existência de uma sociedade de fato, que, segundo o artigo 981, do Código Civil, ocorre quando as partes reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.	<b>Autonomia no horário de trabalho:</b> Vislumbra-se que ela detinha autonomia em seu horário de trabalho, tanto que afirmou que fez ajustes de horários exclusivamente com a outra maquiadora, bem como, relatou que se dirigia às recepcionistas para informar horários de encaixes e escolhia seu horário de almoço	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
<b>Assunção de riscos pelo trabalhador:</b> Além disso, verifica-se que a reclamante arcava com os riscos da atividade econômica, pois utilizava equipamento próprio e custeava o material, além de nada receber, se deixasse de laborar.															
													<b>Percentual acordado:</b> Os preços praticados não foram impostos pela ré, mas acordados pelas partes, com base em um parâmetro objetivo e justo, considerando que o espaço e outros itens necessários aos serviços foram gratuitamente cedidos pela ré, o que, obviamente, e como reconhecido pela comodatária/autora, representava a redução pelo menos 1/3 no preço final dos serviços.		
													<b>Horário de trabalho:</b> Com relação aos horários, não havia qualquer imposição da ré, mas apenas, para fins organizacionais, necessária observância aos horários de funcionamento do escritório e do próprio espaço "Health Center", onde eram disponibilizados aos usuários os mais diversos serviços.		

Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
16	RO	0010687- 90.2016.5.0 9.0651	6	Sueli Gil El Rafihi	19/03/2018	Curitiba - 17VT	S. P. O.	M. B.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireira	<b>Contrato celebrado:</b> O contrato de comodato foi assinado pela autora e evidencia que não havia qualquer relação de emprego entre ela e a ré.  <b>Possibilidade de contratar empregados/Substituição:</b> o contrato (...) não a impedia de ter seus próprios empregados ou prepostos (cláusula terceira, parágrafo segundo e terceiro), que, eventualmente, a pudessem substituir. <b>Ausência de ingerência no trabalho:</b> A prova oral, no mesmo sentido, indica que a ré não possuía qualquer ingerência sobre a prestação de serviços da autora  <b>Controle da agenda:</b> caso não pudessem comparecer em determinado(s) dia(s), poderiam "fechar" a agenda, bem como possuíam autonomia para, caso não tivessem cliente para atender em determinado horário, poderiam ir para casa (...) a agenda era controlada pela própria autora. <b>Produtos e demais itens:</b> Os produtos e demais itens para prestação dos serviços eram adquiridos e escolhidos pela própria autora. <b>Pagamento:</b> a autora recebia os pagamentos diretamente dos usuários (basicamente, empregados da ré) e não repassava qualquer valor para a ré, que, por sua vez, também não realizava qualquer pagamento à autora.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei	
17	RO	0001725- 89.2015.5.0 9.0012	7	ALTINO PEDROZ O DOS SANTOS	27/02/2018	Curitiba - 12VT	ELIANE FRANCI SCA DE ALMEID A	BELLE CLIN LOCADORA DE ESPAÇOS PARA PROFISSIO NAIS DA BELEZA LTDA. - ME; BELLE CLIN ADMINISTR ADORA DE SALÕES DE BELEZA LTDA. - ME; e ELIZABETE MARCELO DA LUZ BUSATO.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	parceria	depiladora	<b>Percentual acordado e Materiais:</b> Na situação em análise, a reclamante admitiu que o pagamento era realizado por produção, no importe de 40% (quarenta por cento) sobre a mão de obra, e a testemunha Odilene Lucienara Teixeira Weber informou que todas as despesas e materiais eram custeados pela reclamada, por decorrer do próprio empreendimento.  <b>Documentos demonstram existência de parceria:</b> Ademais, o contrato de prestação de serviços administrativos (fls. 194/195) e os recibos de pagamento (fls. 200/302) demonstram a existência de contrato de parceria entre as partes. <b>Não caracteriza subordinação:</b> A sistemática organizacional de um centro de estética insere-se no poder empresarial do proprietário e, por si só, não tem o condão de evidenciar subordinação jurídica <b>Controle de agenda:</b> a prova oral revela que a prestadora de serviços podia gerenciar seu horário de trabalho, bloqueando a agenda quando lhe aprouvesse e, ainda que fosse a secretária a pessoa contatada pelos clientes para a marcação dos horários, os agendamentos eram feitos de acordo com a disponibilidade pré-definida pela profissional, (...) não era necessária autorização da reclamada ou apresentação de atestado para justificar falta, sendo possível, inclusive, ausência programada, o que demonstra total independência e autonomia da demandante. <b>Situação inviável para o empregador:</b> Ademais, pelo que ordinariamente se observa, é inviável que o empregador, além de suportar o ônus das despesas do empreendimento, caso dos autos, tenha que fornecer todo o material e, ainda, pagar comissão no valor de 40% (quarenta por cento) sobre a mão de obra. (...) o ajuste para divisão no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o valor cobrado pelos serviços, aliado à existência de autonomia na prestação de serviços, é incompatível com o vínculo empregatício, caracterizando-se autêntica parceria. <b>Ausência de alteridade:</b> Registre-se, ainda, por oportuno, que a prestação de serviços era por conta própria e não por conta alheia, porque é inconteste que a reclamante recebia somente valores sobre os serviços realizados; ou seja, se não trabalhasse, não receberia qualquer valor de remuneração. Logo, ausente a alteridade.  Jurisprudência	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei e (b) questões econômicas, enfocando as consequências econômicas que certa decisão terá;	

Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurs o	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
18	RO	0000547- 22.2015.5.0 9.0654	3	THEREZA CRISTINA GOSDAL	31/01/2018	Araucária - 1VT	A. M. G.	V. L. B. M. M.	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	vínculo empregatício	manicure e pedicure	<b>Subordinação estrutural:</b> No caso em análise, a atividade desempenhada pela de cujus (manicure) insere-se nos fins e objetivos da ré (salão de beleza), assim como na dinâmica e organização impostas pela ré. O que, demonstra a existência de subordinação estrutural.	<b>Ingerência da ré no trabalho (cumprimento de jornada e pagamentos controlados pelo salão):</b> A autora cumpria os horários determinados através dos agendamentos realizados pela ré e recebia da ré os valores correspondentes ao trabalho prestado. O que indica a ingerência da ré e a ausência de autonomia da autora sobre os dias e horários de trabalho, porquanto a reclamante tinha que cumprir horários de acordo com a agenda de serviços, além de só poder usufruir uma folga semanal, por determinação da ré. E também demonstra que os pagamentos eram recebidos e controlados pela ré e não pela autora, o cliente pagava à reclamada e esta pagava a reclamante.  <b>Impossibilidade de possuir subordinados:</b> Não podia contratar subordinados, nem se fazer substituir.  <b>Pessoalidade:</b> Em relação à personalidade, não há prova de que a falecida poderia se fazer substituir por pessoa diversa. Pelo contrário, a prova oral demonstrou que a de cujus comparecia ao trabalho para atender aos clientes que foram agendados para ela. Ou seja, os clientes esperavam ser atendidos pessoalmente pela reclamante.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
19	RO	0000604- 32.2015.5.0 9.0010	5	NEY FERNAN DO OLIVÉ MALHAD AS	26/01/2018	Curitiba - 10 VT	DANIEL E DOMING UES DO PRADO	SALAO DE BELEZA MARLY LTDA..	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidad e de contrato	autônomo	cabeleireira	<b>Ausência de controle de jornada - Liberdade para coordenar atividade:</b> Nesse âmbito, entendo que ficou demonstrado que a reclamante não tinha controle de jornada ou horário a cumprir, tinha liberdade para coordenar sua atividade, definir seus horários de trabalho, de forma a adequá-lo aos seus próprios interesses.	<b>Possuía auxiliar:</b> A própria autora relatou que prestava serviços com auxiliar contratada e remunerada por ela, além disso, uma de suas testemunhas afirmou que poderiam recusar atendimento.  <b>Controle da agenda:</b> A prova oral indica que a autora tinha poder de decisão sobre quando prestaria os serviços de cabeleireira, o que demonstra ausência de subordinação, já que tinha liberdade/autonomia para elaboração de sua agenda e marcação dos horários dos seus clientes.  <b>Não caracteriza subordinação:</b> O fato de a ré arcar com os meios necessários para a execução da atividade não torna a relação havida como de emprego, pois ausente um de seus requisitos essenciais, a subordinação jurídica	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
20	RO	0000845- 37.2015.5.0 9.0129	7	ALTINO PEDROZ O DOS SANTOS	23/01/2018	Londrina - 8VT	MPT	Depio Xii Centro de Estética Ltda Me	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de que as rés se abstendam de admitir ou manter empregados sem registro	Modalidad e de contrato	parceria	depiladora	<b>Percentual acordado - materiais:</b> Na situação em análise, as testemunhas confirmaram que o pagamento era feito por produção, no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre a mão de obra, e o contrato de arrendamento de móveis e utensílios para prestação de serviços (fls. 40/71) indicam que todas as despesas e materiais eram custeados pela reclamada, por decorrer do próprio empreendimento.	<b>Documentos demonstram parceria:</b> Ademais, os contratos de arrendamento de móveis e utensílios para prestação de serviços (fls. 40/71) e os recibos de pagamento (fls. 72/101) demonstram a existência de contrato de parceria entre as partes.  <b>Não caracteriza subordinação:</b> A sistemática organizacional de um centro de estética insere-se no poder empresarial do proprietário e, por si só, não tem o condão de evidenciar subordinação jurídica.  <b>Gerenciamento do horário de trabalho:</b> as prestadoras de serviços podiam gerenciar seu horário de trabalho, bloqueando a agenda quando lhes aprovesse e, ainda que fosse a secretária a pessoa contatada pelos clientes para a marcação dos horários, os agendamentos eram feitos de acordo com a disponibilidade pré-definida pelo profissional (...). Portanto, não era necessária autorização da reclamada ou apresentação de atestado para justificar falta, sendo possível, inclusive, ausência programada, o que demonstra total independência e autonomia do profissional.  <b>Inviável para o empregador:</b> Ademais, pelo que ordinariamente se observa, é inviável que o empregador, além de suportar o ônus das despesas do empreendimento, caso dos autos, tenha que fornecer todo o material e, ainda, pagar comissão no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre a mão de obra. (...) Assim, o ajuste para divisão no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor cobrado pelos serviços, aliado à existência de autonomia na prestação de serviços, é incompatível com o vínculo empregatício, caracterizando-se autêntica parceria.	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei e (b) questões econômicas, enfocando as consequências econômicas que certa decisão terá;

Pesquisa Jurisprudencial - Palavras-chaves: "turma and salão de beleza and vínculo and subordinação" Período: 01/01/2018 a 31/12/2018															
N.	Recurso	Autos	Turma	Relator(a)	Data publicação	Comarca de Origem	Autor	Réu	Pedido de reforma	Objeto do litígio	Decisão / tipo de contrato reconhecido	Função	Argumento Principal	Argumentos Acessórios	Posicionamento ideológico
														<p><b>Jurisprudência:</b> Em situações semelhantes, esta 7ª teve a oportunidade de constatar que, quando o material não é fornecido pelo arrendante, o percentual que fica com o profissional arrendatário é maior, normalmente, em torno de 60% (sessenta por cento) ou 70% (setenta por cento).</p> <p><b>Ausência de alteridade:</b> Registre-se, ainda, por oportuno, que a prestação de serviços era por conta própria e não por conta alheia, porque é incontestado que as prestadoras de serviços recebem "somente comissão sobre os serviços realizados"; ou seja, se não trabalham, não recebem qualquer valor de remuneração. Logo, ausente a alteridade.</p>	
21	RO	0000447-82.2017.5.09.0303	2	CASSIO COLOMBO FILHO	19/01/2018	Foz do Iguaçu - 3VT	TERESINHA ESSER	DOTTOR E CAPPELLI EMBELEZAMENTO E ESTETICA LTDA - ME; JOTA ELE IMOBILIARIA E ADMINISTRADORA LTDA - ME	A parte autora requer a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo empregatício	Modalidade de contrato	Parceria	cabeleireira	<p><b>Percentual acordado:</b> Em vista do exposto, prevalecem as informações contidas no contrato de prestação de serviços, que previa a divisão dos rendimentos em 60% (sessenta por cento) para a reclamante e 40% (quarenta por cento) para o primeiro reclamado. Tais percentuais reforçam a conclusão no sentido de que a relação havida entre as partes era verdadeiramente de parceria e, como bem observou o MM. Juiz de origem, tal realidade destoa do que normalmente se espera de uma relação de emprego entabulada sob a lógica capitalista.</p>	<p><b>Controle da agenda - possibilidade de agendamento direto com o profissional:</b> a reclamante detinha liberdade para trabalhar nos horários que melhor lhe conviessem. Conforme esclareceu a testemunha GISELLE, nas oportunidades em que a reclamante não queria atender sua agenda era bloqueada, (...) O mesmo se verifica em relação ao modo de agendamento dos serviços, porquanto as testemunhas foram unânimes ao afirmar que, embora tal procedimento possa ser realizado pela recepção do salão, cada profissional faz o seu horário, inclusive realizando agendamentos por meio de mensagem, diretamente com o cliente.</p>	(d) questões sobre administração da justiça, através da aplicação da lei
														<b>Jurisprudência</b>	